
Uma escola de ativismo socioambiental: os movimentos que dizem “não” à mineração no Estado de Minas Gerais¹

Adriana BRAVIN²
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), MG

RESUMO

Há uma lógica na ação coletiva que implica, dentre outros fatores, no acúmulo e aprendizado de experiências do passado. Nesse sentido, o artigo objetiva apontar a constituição de um espaço de experiência e de horizonte de expectativas entre os movimentos SOS Serra da Piedade, Pelas Serras e Águas de Minas (MovSam) e Pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG), que emergem dos conflitos com a mineração em Minas Gerais, e relacioná-los à formação de uma escola de ativismo socioambiental no enfrentamento à mineração nesta região do país. A partir da perspectiva culturalista de Alberto Melucci (1996; 1999) e de sua metodologia aplicada ao estudo da ação coletiva, o artigo aborda a constituição desses movimentos, tomados como formas de comunicação, e defende o aprendizado coletivo colocado em prática por eles.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos sociais; comunicação; conflitos ambientais; mineração.

Introdução

O Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG)³ é uma organização formada a partir de redes de movimentos sociais, associações de moradores, estudantes, pesquisadores, movimento sindical, cidadãos e cidadãs, que inicia sua mobilização contra a implantação do Projeto Apolo, da mineradora Vale, na Serra do Gandarela, a partir de 2004. Organizada horizontalmente e sem inscrição jurídica, somente em 2009 a rede do MPSG formaliza sua criação ao propor a criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela na mesma área pretendida pela mineradora. Uma ação de salvaguarda para a montanha que disponibiliza recursos hídricos para importantes bacias hidrográficas do Sudeste (rios Doce e São Francisco) e para os mananciais que abastecem a terceira maior região metropolitana do país, a de Belo Horizonte.

Nos últimos dez anos, o MPSG vem se destacando no escopo das lutas contra o avanço da mineração sobre os recursos hídricos na região do Quadrilátero Ferrífero⁴ (QF),

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, professora do curso de Jornalismo da UFOP. Graduada em Jornalismo (FACHA, RJ), mestre em Comunicação, Imagem e Informação (UFF) e doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (MG), com período sanduíche na Universidade do Minho/Portugal (2015-2016), por meio do convênio Capes/FCT.

³ Site oficial do movimento: <https://aguasdogandarela.org.br/>. Acesso em 01 de jun de 2019.

⁴ Principal região produtora de minério de ferro no país. As atividades de exploração mineral foram aí iniciadas com a extração do ouro no século XVII. Também são exploradas jazidas de outros minerais e extração de rochas. Mais

rebatizado Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (QFA) pelos ambientalistas, e se mantido à frente da defesa da Gandarela, a última serra não minerada dessa região.

Ao investigar a ação coletiva e comunicativa do MPSG em minha pesquisa no doutorado⁵, busquei compreender tanto o contexto do qual emergiu quanto suas estruturas pré-existentes. Leituras sobre movimentos sociais, conflitos socioambientais, economia ecológica, além de entrevistas com integrantes desse coletivo, auxiliaram-me a situar o MPSG em relação a um conjunto de atores sociais implicados nos conflitos ambientais envolvendo a mineração, em Minas, e que, diante de fatores estruturais comuns (as ameaças da mineração), compartilham solidariedade, ideologias e sonhos de um futuro sustentável no qual a água tenha prioridade ao minério de ferro, o que os conecta aos discursos de movimentos de justiça ambiental (ASCERALD, 2004).

Procurei observar, por meio da prática dos sujeitos sociais mobilizados na ação contra o Projeto Apolo, da Vale, como se deu a organização dos processos sociais de contestação à mineração, uma vez que há uma lógica na ação coletiva que implica, dentre outros fatores, no acúmulo e aprendizado de experiências do passado. A pesquisa apontou nos movimentos SOS Serra da Piedade, fundado em 2001, e Pelas Serras e Águas de Minas (MovSam), criado em 2008, a base da coletividade fundante do MPSG e, ainda, o que os grupos elaboram como uma injustiça, ou seja, os processos desagregadores e impactos ambientais empreendidos pela lógica do capital globalizado acoplada aos interesses e à política neoextrativista do Estado.

O compartilhar de valores e repertórios de ação coletiva e comunicativa desses três movimentos socioambientais resultam no que considero o aprendizado coletivo para o enfrentamento ao aparato jurídico-institucional-político dos interesses privados da mineração. Nessa perspectiva conceitual, os processos amplificadores das injustiças levarão à ação coletiva e à formação das identidades coletivas dos atores no campo do conflito. Compreendi que é do compartilhar “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” (KOSELECK, 2006), em uma rede de solidariedade que, juntos, esses movimentos atuam para promover uma outra compreensão sobre a impactante atividade

recentemente, há grande presença de empreendimentos imobiliários (condomínios). É uma área de cerca de 7 mil quilômetros quadrados, vizinha a Belo Horizonte e formada pelas cidades de Sabará, Rio Piracicaba, Congonhas, Casa Branca, Itaúna, Itabira, Nova Lima, Santa Bárbara, Mariana, Ouro Preto, entre outras.

⁵ BRAVIN, Adriana. “**Gandarela, a Serra e o Movimento**: Ação coletiva e comunicativa na antecipação aos danos da mineração”. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

mineradora, inclusive, a de dizer “não” a esta atividade e defender áreas livres de mineração no Estado que tem essa atividade como sua razão econômica e simbólica⁶.

Assim, esses movimentos são pensados como formas de comunicação, uma vez que por meio de suas ações, mais do que suas palavras, eles tanto anunciam quanto são o que anunciam (MELUCCI, 1996). É nesse sentido que irei argumentar, apresentando parte da discussão conceitual desenvolvida na tese, a partir dos tópicos: espaço de experiência e horizonte de expectativas como fundamentais para a formação (dos grupos) e o compartilhar dos aprendizados coletivos; o movimento social como forma de comunicação e as redes de solidariedade como conformadoras dos sujeitos sociais neles envolvidos; por fim, a emergência do próprio campo do conflito a partir dos agentes.

Sobre experiência, expectativas e ação antecipada no presente

Os movimentos sociais, por meio de sua palavra, muito mais do que por seus aparatos, “falam antes”. Eles são o que o sociólogo italiano Alberto Melucci (1989; 1996) chamou de “profetas do presente”, aqueles que se antecipam ao tempo porque, ao predizerem a mudança, não anunciam o que está por vir de um futuro ainda distante, mas um que é presente (MELUCCI, 1996). Assim, sua ação antecipa o horizonte do “ainda não”, aquilo que o “falar antes” abre ao novo. Isso é gestão do futuro, o que a utopia joga como possibilidade (ANTONELLI, 2009).

Ao analisar o poder argumentativo das grandes corporações mineradoras na Argentina, Antonelli (2009) enfatiza o movimento ético-político implicado na disputa pela gestão do futuro entre os novos significados oferecidos pelos movimentos sociais e o imaginário promovido pelas empresas mineradoras em relação ao desenvolvimento sustentável que por elas seria impulsionado. Svampa (2013), por sua vez, aponta que os movimentos realizam, no processo de significação, com sua linguagem de valoração em defesa dos territórios, dos bens comuns, dos direitos humanos etc.,

demandas da população que se inscrevem em um horizonte de uma democracia radical, que inclui democratização das decisões coletivas e o direito de dizer “não” frente a projetos que afetam condições de vida dos mais vulneráveis e comprometem o porvir de futuras gerações (SVAMPA, 2013, p. 43).

⁶ A exemplo da campanha “Somos mineiros”, divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg), a partir de abril deste ano. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0R85C_Sz9KI. Acesso em 01 jun. 2019.

Nesse sentido, embasados em experiências vividas, ou um espaço de experiência (KOSELECK, 2014), os movimentos tensionam o que está dado como certo em uma lógica dominante e forçam uma ruptura nos limites do sistema, a partir de um presente conflitante. Desse modo, sinalizam um horizonte de expectativas, um futuro que já é, e assumem a função/papel de revelar os problemas públicos à sociedade.

Segundo Koseleck (2006; 2014), o espaço da experiência diz de um passado atual no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados, quer se trate de experiência privada ou transmitida por gerações e instituições, portanto, aquilo que também diz de um conhecimento de experiências alheias. A expectativa, como a experiência, é subjetiva e intersubjetiva, e tende ao “ainda não”, ao “não experimentado” de um futuro transformado em presente que apenas pode ser previsto. Porque passado e futuro não coincidem, experiência e expectativa não são remetidas uma à outra simultaneamente, mas a experiência pode modificar-se com o tempo, é condicionada a uma expectativa retroativa e recolhe as experiências feitas, enquanto a expectativa não pode ser adquirida sem experiência, só pode surpreender aquilo que não se espera e cria uma experiência nova ao romper o horizonte de expectativa.

Se os movimentos sociais não se guiam por oráculos, a proposição de Koseleck é fundamental para compreender que, a partir das experiências passadas, a “profetização” sobre o futuro agora é possibilitada não somente como ação de previsão sobre o vindouro, mas, principalmente, como um diagnóstico, no qual estão contidos os dados da experiência que antecede prognósticos possíveis, ainda que essa segunda ação se depare com o limite de não poder ser experimentada (KOSELECK, 2006).

Nos diz este autor que “o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro” (p. 313), e é nesse campo de ação favorável às possibilidades que o antever colocado em prática pelos movimentos sociais fornece estratégias para agir antecipando-se, por exemplo, aos danos ambientais provocados pela atividade mineradora, em função das lições do passado, das condições de existência no presente e do inesperado que pode se abrir no futuro.

É nesse modo de antecipar a expectativa no presente que agem os movimentos socioambientais que dizem não à mineração no Estado de Minas Gerais, ao assumirem a função de revelar os problemas (presentes e futuros) à sociedade, como os causados pela desenfreada atividade mineradora nessa região do país, em especial, no território do QF. O “profetizar” o que está adiante, como o fazem há mais de uma década o Movimento

Gandarela e seus antecessores – SOS Serra da Piedade e MovSam –, significa cobrar a fatura, hoje, de um futuro que pode acontecer às populações que vivem no entorno das regiões de “interesse mineral”, como a Serra do Gandarela, ou mesmo nas cidades e localidades transformadas em “zonas de sacrifício e de morte”⁷ pela ameaça concreta de rompimentos de barragens de rejeitos de mineração de ferro.

O passado aqui se faz atual: é o presente vivido dos atingidos e atingidas por impactos socioambientais de longa duração causados pelos rompimentos das barragens de Fundão, das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, em Mariana (MG), em 2015, e do Córrego do Feijão, da empresa Vale, em Brumadinho (MG), em 2019. Tais acontecimentos traumáticos, alertados pelos movimentos socioambientais, resultaram de múltiplos fatores conjugados: desde a inoperância do sistema governamental de licenciamento e fiscalização das barragens de rejeitos de minérios, passando pela intensificação do extrativismo mineral, como matriz de uma política econômica neoextrativista⁸ e a ação irresponsável das empresas. Alimenta-se a ganância e espalha-se a escassez hídrica, perda de biodiversidade, de territórios e esvaziamento da economia local em favor da dependência econômica acentuada pela mineração. Portanto, o vestígio (desse passado) não é imaginado, mas empiricamente comprovado. Ao relacionar espaço de experiência e horizonte de expectativas ao campo de investigação empírica e a ações concretas que orientam a execução do movimento social e político que faz a história avançar, Koseleck (2014) nos fornece chaves para pensar a tensão entre experiências e expectativas, ou seja, aquilo que amadurece os sujeitos que fazem a história (e sua própria história) e uma estrutura de prognóstico para o planejamento da ação (o agenciamento). Isto porque todas as histórias se realizam ou foram constituídas na e pela experiência e expectativa das pessoas que atuam ou sofrem (KOSELECK, 2014; 2006).

Movimentos sociais como formas de comunicação e como redes de solidariedade

⁷ A expressão refere-se à interpretação que tem sido dada pelos movimentos socioambientais à forma como a mineradora Vale refere-se às áreas (cidades, bairros, localidades) que possivelmente serão atingidas por rompimentos de barragens de minério: zonas de autossalvamento.

⁸ Cf MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?. **37º Encontro Anual da ANPOS**, Seminário temático 39, Águas de Lindóia - SP, setembro, 2013.

O “falar antes”, colocado em prática pelos movimentos sociais, evidencia sua experiência criadora que se expressa tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, em ações realizadas como um modo de visibilizar suas demandas, reverberar sua voz, conquistar aliados e pressionar por mudanças. Agindo dessa forma, prestam contas do que fazem e em vista do que o fazem (CEFAÏ, 2009). Nesse sentido, a nossa perspectiva comunicacional sobre o papel dos movimentos sociais é devedora da compreensão de que eles são meios que falam através da ação, como formulado por Melucci:

(...) su función es revelar los problemas, anunciar a la sociedad que existe un problema fundamental en una área dada. Tienen una creciente función simbólica, tal vez podría incluso hablarse de una función profética. Son una especie de nuevos medios de comunicación social (MELUCCI, 1999, p. 70).

Nessa compreensão, o papel dos movimentos sociais como *medium* não se expressa somente pelo uso de palavras, slogans ou mensagens, mas pelo fato de existirem e agirem, o que implica em compreender nessa perspectiva algo além do aspecto informacional. A sua existência comunica à sociedade algo que é presente, interpretando os dilemas que emergem do sistema (econômico, social, cultural etc) e oferecendo, por meio de sua ação, uma mensagem que interpreta onde e como esses dilemas são enfrentados no cotidiano de cidadãos e cidadãs. Nesse modo de dizer e agir, revelam situações problemáticas concernentes a todos para que sejam tomadas como reais, e oferecem uma nova leitura da realidade, ressignificando-a.

O que de mais interessante trazem é que, como meios de comunicação, os movimentos sociais tanto anunciam quanto são o que anunciam. O agir no sentido de provocar e promover mudanças também diz da sua capacidade de agendamento, à medida que lançam luzes sobre o que está oculto, invisibilizado pelas estruturas de poder, e colocam em evidência outros sentidos e outras interpretações sobre a realidade na qual se inserem, seja por meio do que fazem ou do modo de fazer.

É assim que esses agentes nos abrem à possibilidade de abordar uma questão de interesse público de outra maneira, como a que diz respeito à prioridade governamental à exploração irrefreável de recursos minerais em curso. É o que relacionamos ao SOS Serra da Piedade, MovSam e Movimento Gandarela, formados a partir da reação da sociedade civil em oposição aos grandes projetos mineradores em Minas Gerais, ao expressarem seu descontentamento de inúmeras formas: contestando o modelo

econômico desenvolvimentista; denunciando os riscos socioambientais implicados na expansão e na própria atividade mineradora; provocando o debate sobre alternativas econômicas a esta atividade; propondo outros usos e finalidades aos territórios ameaçados pelo extrativismo; e desafiando tanto as corporações mineradoras quanto os agentes de Estado na esfera pública.

A ação dos movimentos surge no campo dos símbolos e da comunicação, construindo suas linhas de força na argumentação dos propósitos que pretende difundir para promover o outro lado da questão, o ainda não pensado (LEFF, 2006), as alternativas ao que o poder tenta impor. Nesse modo, os movimentos sociais, como “profetas do presente” (MELUCCI, 1989; 1996) ou “lançadores de alertas” (ASCERALD, 2018), afirmam que aquilo que o poder apresenta como solução ao problema, “no solo no es la única posible sino que oculta una serie de intereses, el núcleo de un poder arbitrario y la opresión” (MELUCCI, 1999, p. 126).

Para diversos estudiosos da sociologia, a transformação que os movimentos sociais anunciam, por meio de sua ação antecipadora, já estaria em curso no momento mesmo de sua “eclosão”. Por isso, eles se inscrevem em um horizonte de novas visões de mundo no qual são os atores/autores sociais que agem em nome de coletividades (TOURAINÉ, 1989); de produção de significados para suas ações e identidades coletivas (MELUCCI, 1996); de novas formas de atuação e articulação em redes de movimentos (SCHERER-WARREN, 1993; CASTELLS, 1999) e teias de interações informais (DIANI, 1992 citado por ALONSO, 2009), por meio dos quais expressam-se os confrontos políticos (TARROW, 2009), e experiências criadoras que incluem afetividade (CEFAÏ, 2009) e solidariedade (TOURAINÉ, 1989; MELUCCI, 1996).

Novas interpretações continuam sendo tecidas: a culturalista (GOHN, 2011), a de ativismos e redes sociais, dos processos políticos e da questão do público (TARROW, 2009; MELUCCI, 1996; CEFAÏ, 2009; CASTELLS, 1999; SCHERER-WARREN, 1993). Um dos principais teóricos da ação coletiva, o italiano Alberto Melucci (1996), oferece uma definição de cunho culturalista, considerando a produção de significados como central nesta forma de agir coletivamente e dar sentido ao que fazemos juntos.

A noção de ‘movimento’ em si, que originalmente significava uma entidade que atua contra o sistema político e governamental, agora torna-se inadequada como uma descrição da realidade reticular e de formas difusas de ação coletiva. ‘Movimentos’ contemporâneos assumem a forma de redes de solidariedade entrosadas com

significados culturais potentes, e são precisamente esses significados que os distinguem tão nitidamente de atores políticos e organizações formais ao lado deles (MELUCCI, 1996, p. 04).

A solidariedade, o vínculo que une os participantes uns aos outros, vai lhes permitir afirmarem-se como sujeitos de sua ação e resistir à ruptura das relações sociais induzidas por conflitos sociais. É em função desse tipo de solidariedade que Melucci explica a importância de uma estrutura pré-existente de afiliação, de onde provém os diversos atores/participantes da mobilização. A construção de uma identidade coletiva, a definição de uma proposta e aquilo que está em jogo, ou disputa, no conflito são fundamentais para a mobilização ocorrer. Ela irá se desenvolver à medida que o “nós” é reconhecido e afirmado por todos que a constituem, considerando-se os traços em comum entre os participantes e a solidariedade específica, fundamental para identificar os outros contra os quais a ação é direcionada.

O aspecto relacional que permeia essa compreensão permite abordar os movimentos como “redes sociais” constituídas em teias interdependentes que lhes dão forma e, o ativismo, como um fluxo contínuo de interações sociais (MELUCCI, 1996; ALONSO, 2009; SCHERER-WARREN, 2013). Os sociólogos da Teoria do Processo Político utilizam o conceito de redes como redes de relações interpessoais para vincular os integrantes do grupo entre si e atrair novos membros; e incorporam a ideia de proximidade nos processos de intercâmbio político entre os atores aliados assentados em redes sociais nativas, ou seja, na localidade, ainda que os conflitos adquiram caráter transnacional (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Quanto às redes de movimentos sociais, Ilse Scherer-Warren adverte tratar-se de um “conceito de referência” que transcende a concretude de uma dada empiria localizada em atores/sujeitos coletivos específicos, mas que auxilia na apreensão dos rumos das ações de movimento no seguinte sentido: é da própria dinâmica articulatória característica da rede e da utopia ou projeto que a envolve que resulta o movimento social (SCHERER-WARREN, 2013).

Nesse sentido, Maria da Gloria Gohn (2011) argumenta que a atuação dos movimentos sociais na construção de proposta e realização de diagnósticos sobre a realidade social favorece que, atuando em redes, possam construir ações que funcionem como resistência às diversas formas de exclusão e que funcionem como lutas pela inclusão social. É dessa forma que os movimentos constituem o chamado *empowerment* de

atores da sociedade civil organizada, uma vez que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede.

Os agentes e o conflito

A existência do campo de conflito social resulta da própria ação dos agentes de contestação ou daqueles que trazem o conflito à tona por meio de suas ações coletivas. Essa é uma compreensão devedora da metodologia proposta por Melucci no estudo dos movimentos sociais. Conflito, na compreensão deste autor, envolve “uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor” (MELUCCI, 1989, p. 57). Ao investigar o conflito ambiental entre movimentos socioambientais em Minas Gerais e mineradoras alinho-me à ideia de que tais conflitos tratam de diferentes formas de valoração material e simbólica da natureza que levam a disputas de significado e a processos desiguais de apropriação e uso dos territórios (ASCERALD, 2004), mas, principalmente, falam do seu tempo.

É nos contextos político, histórico e econômico em que emergem e se desenvolvem que podem ser compreendidos. Tais fenômenos constituem-se como processos de oposição, de resistência e mobilização coletiva, suscitados por situações de efetivo ou potencial dano ambiental, social e à saúde (contaminação ambiental, perda de biodiversidade ou outros bens naturais, perda de qualidade de vida e autonomia local, valoração simbólica e material da natureza, entre outros) e também pela discordância com os modelos de desenvolvimento vigentes (BRAVIN; FERNANDES, 2017, p. 05).

A singularidade das situações conflituosas envolvendo a atividade mineradora nos diz dos esforços empreendidos pelos grupos sociais para denunciar os impactos ambientais e sociais resultantes das práticas desrespeitosas dessa indústria para com comunidades e meio ambiente, para apontar (e cobrar) a responsabilidade dos agentes públicos e para reivindicar outros valores para o(s) território(s) ameaçado(s).

Primordial para a compreensão desse espaço de experiência, em Minas Gerais, foi a formação de dois movimentos seminais nos processos sociais de contestação à mineração: o SOS Serra da Piedade e o MovSam, constituídos a partir da interação entre atores da sociedade civil, políticos e institucionais para fortalecer suas formas de organização no combate aos projetos de expansão desenfreada da atividade mineradora.

Esses coletivos entrelaçam movimentos sociais e campanhas em comum, articulam uma rede interrelacional e comunicativa de atores sociais locais a redes de movimentos de abrangência nacional e internacional que se opõem e combatem a mineração no QF, onde o alcance da atividade mineradora já dizimou centenas de vidas e territórios.

A reação à intensificação, expansão e às ameaças provenientes da atividade mineradora tem no movimento SOS Serra da Piedade um importante protagonista do ativismo da sociedade civil no enfrentamento à mineração e aos seus discursos. Forma-se em 2001 em defesa do Monumento Natural da Serra da Piedade⁹, onde localiza-se o Santuário da Piedade, local de peregrinação e considerado “patrimônio dos mineiros”. O risco da expansão minerária na Piedade implicava em perdas paisagísticas e ambientais, porém, nesse primeiro momento de mobilização, trabalhou-se com a ideia de preservação do patrimônio cultural e histórico. A mineração já estava em curso na Piedade, portanto, diferente do que ocorre em relação à Serra do Gandarela, ainda não minerada.

A motivação é a proteção relacionada à defesa de crenças, valores e ideais comuns em torno dos significados histórico, afetivo e paisagístico do lugar. Aciona-se o sentimento de pertencimento em relação ao “bem comum” (a Serra da Piedade como um patrimônio dos mineiros), formando um “nós” (a coletividade) e engajando a comunidade em face da pretensão de extração mineral (CAPANEMA, 2009). A luta contra a exploração minerária na Serra da Piedade alcança a visibilidade pública por meio da significância do lugar ao reforçar seus valores paisagístico, histórico e cultural.. Na época, a mobilização conseguiu impedir os avanços da empresa Brumafer Mineração Ltda sobre os limites do patrimônio cultural e ambiental que não estavam sendo respeitados. Somente em 2005 o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) concluiu o tombamento da Serra da Piedade como monumento natural, arqueológico, etnográfico e paisagístico com uma área de cerca de 1.950 hectares. Em fevereiro de 2019, a Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) de Minas Gerais aprovou a retomada da mineração na Serra da Piedade. Apesar de a legislação garantir o tombamento da Serra, a delimitação do perímetro da área protegida ainda gera conflitos.

Ao identificar e analisar as diferentes estratégias de ação de cidadãos e entidades da sociedade civil que buscaram o Ministério Público no conflito ambiental envolvendo a

⁹ Ficha técnica do conflito no Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=286>. Acesso em: 19 ago. 2018.

Serra da Piedade, Capanema (2009) aponta para aspectos das formas de ação do SOS Serra da Piedade que irão constituir-se em base do aprendizado coletivo que os movimentos que dizem “não” à mineração irão adquirir: a formação de uma rede de articulação (interna); a rede de ação (externa); o capital social e técnico; e a solidariedade orgânica. Acrescenta-se a mobilização do direito (LOSEKANN, 2013) como uma das formas de ação resultante da parceria com Ministério Público.

Durante os anos de luta em defesa da Piedade, o aprendizado coletivo foi se dando em audiências públicas, reuniões com órgãos ambientais, promotores, legisladores, pesquisadores, em performances públicas (como passeatas/protestos/eventos) e na interlocução com outros grupos que se opunham ao avanço da mineração. Os cidadãos e organizações que participavam dessas mobilizações percebiam que estavam enfrentando um problema maior relativo não só a um conjunto de ameaças e destruição ambientais praticadas por empresas extrativistas, mas à ação articulada com agentes de Estado.

Tais ameaças e ações articuladas, somadas ao sentimento de que “era preciso fazer algo” para resistir à destruição do patrimônio coletivo – caracterizado pelas serras e águas de Minas Gerais – levaram à organização de um encontro, entre 13 e 15 de junho de 2008, no alto da Serra da Piedade, em Caeté, reunindo cidadãos, entidades ambientais e movimentos sociais de diversas localidades deste estado. Nascia ali o Movimento em Defesa das Serras e Águas de Minas (MovSam).

Essa união de esforços resultou na configuração de uma rede de movimentos, organizações sociais locais e indivíduos, articulada por uma “identidade própria” associada ao questionamento à “atividade de mineração e seu ciclo (re)produtivo, contexto em relação ao qual se destaca no universo atual de movimentos e ONGs ambientais de Minas Gerais” (MOVSAM, S/D). O MovSam se diz um movimento pautado pela diversidade de indivíduos e entidades que ancora-se em algumas “unidades” de valores:

Somos seres humanos diversos e nossas diferenças não são só pessoais – mas das experiências adquiridas nos lugares de onde viemos e onde cada um vive, participa e é chamado a intervir, para defender o patrimônio coletivo. A diversidade dos indivíduos e das entidades participantes compõe a bandeira e o *movimento*. O que nos une é a visão crítica do atual *modelo* de desenvolvimento, que passa por cima da lei e da dignidade, impondo destruição, ameaças e uma enorme insatisfação com o poder público e com alguns segmentos empresariais, principalmente, mineradores. A unidade de nossa ação está alicerçada no nosso amor à natureza, no anseio por justiça, na defesa da Vida, na utopia de sonhar um novo paradigma para a raça humana e a vida no

Planeta Terra e no trabalho de resistência (MOVSAM, S/D – Grifos nossos).

Os enquadramentos promovidos pelo MovSam ficam mais claros no “Manifesto pelas Serras e Águas de Minas”¹⁰, no qual formula discursivamente o seu posicionamento como agente crítico do conluio entre instituições de Estado e empresas privadas mineradoras em detrimento do patrimônio ambiental e cultural dos mineiros e como defensor da lei e dos direitos das coletividades. O MovSam invoca a sociedade a agir e a não esperar por soluções advindas dos agentes públicos no que diz respeito às garantias de manutenção do patrimônio ambiental e cultural ameaçado – e perdido, em muitos casos – pelas/para atividades mineradoras. A amplitude da ação das mineradoras na ocupação do espaço/território e destruição das fontes de água na região do QF é apontada também como motivo para agir – o conjunto de serras destruídas ou sob ameaça da mineração, entre elas, a Gandarela:

Não bastou a Serra do Curral e o Pico do Itabirito, aviltados. Querem agora a lendária Sabarabussu, nossa Serra da Piedade. (...) Querem detonar as serras do Gandarela e do Caraça, para falar apenas de algumas das principais fontes de águas classe especial que abastecem vários municípios, o Alto Rio das Velhas e a bacia do Piracicaba (MOVSAM, S/D).

Diversas ações e projetos foram desencadeados pelo MovSam: a partir de 2015, a campanha “Água Vale mais que Minério no Quadrilátero Ferrífero”¹¹ gerou o documentário “Não Vale à Pena”¹² e o “Dossiê sobre ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, em Minas Gerais”¹³. Outra atividade foi o evento “Rejeito – 2 anos de crime e impunidade”, realizado em 05 de novembro 2017¹⁴, para lembrar o crime ambiental da Vale, BHP Billiton e Samarco, em Mariana (MG). As ações e campanhas articulam-se e são realizadas por meio da rede de movimentos que o constitui, como o Movimento Gandarela.

¹⁰ Disponível em: <https://movsam.ning.com/page/manifesto-1>. Acesso em: 20 mar. 2017

¹¹ Página oficial da campanha: <https://aguavalemaisqueminerio.wordpress.com/>. Página da campanha no Facebook: <https://www.facebook.com/aguavalemais/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

¹² O documentário de 38 minutos pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=hu9Sb3yYKY>. Acesso em: 27 mar. 2017

¹³ Disponível em: <https://aguavalemais-queminerio.wordpress.com/>. Acesso em: 22 dez. 2016

¹⁴ Ocorreu na Feira da Afonso Pena, em frente a entrada do Parque Municipal de Belo Horizonte, zona central da capital mineira, que, aos domingos, recebe centenas de visitantes para a feira hippie do local.

Considerações

O município de Caeté aparece como importante núcleo aglutinador de dois importantes movimentos socioambientais organizados em torno da luta contra a mineração – o SOS Serra da Piedade e o MovSam –, considerados “berço para a luta na Serra do Gandarela, a qual tem adquirido um formato que vai além da luta por aquele território, pois traz um questionamento mais profundo sobre o modelo econômico” (COELHO-DE-SOUZA, 2015, p. 82). A experiência aprendida nesses dois movimentos preparou o caminho para germinar a futura criação do Movimento Gandarela, agregando os movimentos e as pessoas que defendiam a Piedade.

Desse aprendizado resultaram lições que serão incorporadas ao repertório de ação do MPSG: a mobilização pelo direito, que irá fundamentar as ações no campo jurídico capazes de impedir e postergar a ação do outro/Vale na Serra do Gandarela¹⁵; o uso de linguagem legitimadora do campo ambiental, presente nos inúmeros ofícios trocados com agentes de Estado e do campo jurídico, além da produção de documentos técnicos sobre a Serra do Gandarela; a atuação em redes de intercâmbio e de comunicação entre os parceiros na luta; o uso do capital técnico-científico; e uma linguagem de valoração, contrapondo valores socioambientais representados pela água *versus* valores econômicos representados pela atividade mineradora¹⁶.

Compreende-se, assim, que o emergir tanto dos movimentos SOS Serra da Piedade e MovSam se dá em torno da luta pelo reconhecimento dos interesses da sociedade civil na defesa de bens comuns ameaçados pela mineração. Será por meio da experiência vivenciada nos conflitos com a mineração na Serra da Piedade e em diversos enfrentamentos locais anteriores à eclosão do conflito na Serra do Gandarela que integrantes do MPSG irão adquirir capacidades para realizar diagnósticos e prognósticos sobre danos causados e riscos futuros advindos das atividades mineradoras.

Essas capacidades do ativismo local se traduzem no aprendizado de estratégias de fortalecimento de mobilização social e de repertórios de ação, como a mobilização do direito, necessários na produção de conhecimento e no reconhecimento mútuo de atores sociais e políticos para o intercâmbio de recursos materiais e simbólicos, e na

¹⁵ A atuação junto, desde 2007, aos ministérios públicos do Estado de Minas Gerais e Federal foi fundamental neste sentido, em diversas fases da ação coletiva.

¹⁶ Resultando na construção da imagem da Serra do Gandarela como um “aquífero”, um reservatório que, ao mesmo tempo, armazena água e possui minério, porque “onde tem minério tem água”, mas “minério não se bebe”. Aspecto que discuto na tese. Cf BRAVIN, 2018.

articulação de uma rede de movimentos que combate e denuncia o avanço e os danos ambientais e sociais causados pela mineração em Minas Gerais (MOVSAM, S/D). Configura-se, assim, uma escola de ativismo socioambiental no enfrentamento às ameaças da atividade mineradora no território do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, em Minas Gerais, no qual os movimentos que dizem “não” à mineração compartilham experiência e expectativas de um futuro sustentável.

REFERÊNCIAS:

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Revista Lua Nova**: São Paulo, n. 79, p. 49-86, 2009.

ANTONELLI, Mirta. Minería transnacional y dispositivos de intervención en la cultura. La gestión del paradigma hegemónico de la “minería responsable y del desarrollo sustentable”. In: SVAMPA, M.; ANTONELLI, M. (Orgs). **Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. Buenos Aires: Biblos, 2009: 51-101.

ASCERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ASCERALD, H. (Org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004

ASCERALD, Henri. Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. In: ZHOURI (Org). **Mineração, Violência e resistências. Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. 1.ed. Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

BRAVIN, Adriana; FERNANDES Lúcia. Apresentação. In: **CES CONTEXTO Debates**: Diferentes formas de dizer não. Expressões de conflitos ambientais de mineração e petróleo em Portugal e na América do Sul. Coimbra, no. 17, maio de 2017, pp. 5 a 9. Disponível em: <www.ces.uc.pt/cescontexto>.

CAPANEMA, Márcia G. M. **Ministério Público e Sociedade Civil**: alcances e limites para a ação ambiental em Minas Gerais. 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação**: economia, sociedade, cultura. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, abr./maio/jun. 2009. Disponível em: http://lemetro.ifcs.ufrj.br/Cefai_Como_nos_mobilizamos_Dilemas_2009-libre.pdf.

COELHO-DE-SOUZA, Carolina H. **O ‘espaço da resistência’ na Serra do Gandarela**: instrumentos, contraposições e a necessária utopia. 2015. 371f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

GOHN, Maria da G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16, n. 47, mai-ago, 2011.

KOSELECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre a história. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC, 2014.

KOSELECK, R. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.PUC, 2006

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental. A reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOSEKANN, Cristiana. Mobilização do Direito como Repertório de Ação Coletiva e Crítica Institucional no Campo Ambiental Brasileiro. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 56, no 2, 2013.

MARTÍNEZ-ALIER, Juan *et al.* Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations. **Journal of Political Ecology** 21: 19- 60, 2014.

MCADAM, D; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 76:11-48, 2009

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente - movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, A. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México, El Colegio de México: Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, A. Um objeto para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, n 17, junho, 1989.

MOVSAM. Movimento Pelas Serras e Águas de Minas. S/data. **Quem somos**. Disponível em: <https://movsam.ning.com/page/quem-somos-movimento>.

SCHERER- WARREN, Ilse.; SIMEONE, M.; ARROYO, M. **Sociedade Civil e Participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2013

SCHERER- WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SVAMPA, Maristela. Consenso de los *Commodities* y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244: 30-46, marzo-abril, 2013.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**. São Paulo, N. 17, jun., 1989.